

MULHER, TRABALHO E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE: UM ESTUDO A PARTIR DAS PANFLETEIRAS DO INTERIOR DA BAHIA

Mariana Batista de Moraes

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

Victor Rodrigo Bomfim Leite Silva

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

Lívia Maria Santos Chaves

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

Brenda Luara dos Santos de Souza

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

Resumo: O presente trabalho explora um recorte de estudos relacionados à perspectiva das Organizações e do Trabalho em Psicologia, com foco na relação estabelecida entre gênero e trabalho, a partir de pesquisa realizada com panfleteiras de uma cidade de médio porte no interior da Bahia. Para tal, é feita uma articulação entre Trabalho, em uma abordagem da Psicologia Sócio-Histórica, e sua relação com os sujeitos, a sociedade e a Psicologia. Emergindo como foco a relação entre a mulher, o trabalho e a exploração. Os distribuidores de panfletos entrevistados consistem, majoritariamente, em mulheres, jovens, com baixa escolaridade e residentes em bairros periféricos, geográfica e economicamente, da cidade. Foi feito um recorte para análise dos dados coletados com as mulheres entrevistadas, as quais compõem 85% dos sujeitos da pesquisa. O trabalho de panfletar constitui-se como atividade de condições informais, por vezes degradante e exploratória, que demanda da necessidade de autossuficiência econômica. Dessa forma, as panfleteiras, localizadas em seu vínculo com o trabalho nos moldes de uma sociedade capitalista e patriarcal, apresentam-se exploradas tanto no que consiste à sua força de trabalho quanto ao seu gênero. Logo, conclui-se que o trabalho é regido por um poder econômico/industrial que se faz determinante da ordem social vigente; a mulher encontra-se cada vez mais vulnerável pelos diversos âmbitos capitalista e patriarcal; e a panfletagem configura-se como trabalho informal e precário, assujeitando subjetividades. Finaliza-se com uma reflexão acerca do trabalho do psicólogo e seu foco, reiterando a necessidade de estudos sobre a panfletagem e temas transversais a esta.

Palavras-chave: Mulher. Panfletagem. Trabalho.

Introdução

O presente trabalho visa explorar a relação estabelecida entre gênero e trabalho, com enfoque crítico de pesquisa realizada com uma amostra de entregadoras de panfletos que trabalham em espaços públicos do centro de uma cidade de médio porte na Bahia, tendo os dados sido colhidos em outubro de 2018.

O tema trabalho abarca uma série de discussões em todo o mundo. Visto que, é uma área que atinge, direta ou indiretamente, todos os indivíduos, produzindo subjetividades,

determinando a vida, a atividade, o lugar e as relações sociais dos sujeitos (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2002). Especialmente na atual sociedade capitalista, nos vemos a todo momento organizados em torno do trabalho e suas dimensões.

Dentro desse sistema de globalização, a mulher, que antes ocupava um lugar secundário e subordinado (POCHMANN, 2010), tem sua presença no mercado de trabalho cada vez mais marcante no contexto da sociedade urbana industrial. Contudo, observa-se que este é um lugar assimétrico e não reconhecido, cabe citar que

O modo como as mulheres estão inseridas como trabalhadoras, produtoras, reprodutoras da força de trabalho e, principalmente, pela condição de classe, gênero, raça/etnia, orientação sexual, idade, religião e outros aspectos de identidade e nacionalidade têm tornado cada vez mais visível a difícil realidade das trabalhadoras. Considera-se então, que com o processo de globalização estas questões têm se agravado fortemente e interferido na vida destas mulheres (LIMA, 2004, p. 54).

Dessa forma, estende-se que as mulheres estão expostas a funções precárias e condições vulneráveis (LIMA, 2004). Acometidas pelas mudanças sociais e econômicas, e pela cultura patriarcal. Isto posto, parte-se então da reflexão: como lidar com essa transição de uma sociedade que parte para o pós-industrialismo (POCHMANN, 2010), com foco no lugar ocupado pela mulher nessa sociedade.

Psicologia Sócio-Histórica

A Psicologia Sócio-Histórica se constitui como uma abordagem teórico-metodológica da Psicologia, nascida na extinta União Soviética, em meados da revolução de 1917, e fundamentada a partir do materialismo histórico-dialético proposto pelo sociólogo alemão, Karl Marx. Tendo Vygotsky como referência, essa perspectiva superava as tradições positivistas marcadas pelo dualismo cartesiano, com sua visão integral de ser humano (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2002).

Nesse contexto, para a Psicologia Sócio-Histórica, o ser humano é um ser ativo, social e histórico, e a construção psíquica deste está diretamente ligada a nossa ação sob o mundo material, onde a subjetividade é produzida através das relações sociais e da ação sobre a natureza. Desta forma, constitui-se a atividade humana (o trabalho) como um processo histórico que transforma a natureza e conseqüentemente o indivíduo. O resultado deste evento

possibilitou o surgimento de estruturas psíquicas superiores – o fenômeno psíquico e a linguagem – a partir das estruturas elementares (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2002).

A linguagem, que propicia a comunicação entre os indivíduos, é o objeto e o mediador da cultura, e a cultura é a humanização do mundo material. Logo, como expõem Bock, Furtado e Teixeira (2002), sujeito e mundo se referem e se completam, simultaneamente, os fenômenos sociais estão dentro e fora do indivíduo, na subjetividade individual e na subjetividade social.

Por muitos anos a Psicologia Sócio-Histórica esteve restrita a União Soviética, chegando aos meios acadêmicos ocidentais anos após a precoce morte de Vygotsky em 1937. No Brasil, a influência dessa vertente foi marcante na década de 1980, nas áreas da Psicologia da Educação e Psicologia Social (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2002). Contudo, outra área da Psicologia também é bastante influenciada pela Psicologia Sócio-Histórica e a teoria marxista: a Psicologia do Trabalho.

Sujeitos, Trabalho e a Psicologia

Bock, Furtado e Teixeira afirmam que “a atividade de cada indivíduo, ou seja, sua ação particular, é determinada e definida pela forma como a sociedade se organiza para o trabalho” (2002, p. 89). Dessa forma, só é possível entender o trabalho dentro de relações sociais determinadas, pois são essas relações que definem o lugar de cada indivíduo e a sua atividade (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2002). Isso posto, é a partir do trabalho que as sociedades se organizam, e disso se desenvolve a necessidade da Psicologia se debruçar sobre o tema, com vista no estudo das relações que se dão entre o ser humano e o trabalho. Entretanto, Borges e Yamamoto (2014), distinguem três concepções diferentes sobre o trabalho, resultado direto da construção ideológica de sociedades antigas sobre o que ele significa.

A primeira delas, oriunda do pensamento greco-romano e da filosofia clássica, considerava o trabalho uma atividade inferior e degradante, reduzia-o às atividades braçais e/ou manuais, e o mesmo competia aos escravos; havia uma exaltação do ócio e da atividade intelectual. Esse pensamento, dominante no mundo grego, foi possível graças à extrema concentração de riquezas, a submissão dos povos nas conquistas territoriais e a legitimação da escravidão, vista como um fenômeno natural (BORGES; YAMAMOTO, 2014).

A segunda concepção sobre o trabalho emerge com as mudanças paulatinas na Idade Média que permitiram o surgimento do capitalismo. O processo de acumulação do capital e a manufatura ocasionaram num grande número de trabalhadores produzindo a mesma mercadoria, sob o comando do mesmo capitalista, constituindo assim, o ponto de partida do capitalismo. Nessa segunda concepção, influenciada pelo protestantismo e a economia liberal, há uma cisão entre a concepção e execução do trabalho, a submissão ao contrato passa a ser vista como única dignificadora de humanidade. Há então, um combate ao ócio e a uma exaltação do sucesso financeiro-econômico como resultado do trabalho duro que passa a ser cada vez mais disciplinado, padronizado, simplificado e parcelado, além de ser planejado por gerentes e em larga escala, objetivando o aumento da produtividade. O trabalho se torna mercadoria com único objetivo de extração da mais-valia (BORGES; YAMAMOTO, 2014).

A terceira concepção sobre o trabalho é baseada na teoria marxista e é considerada referência fundamental para o estudo sobre o mesmo. Isto se dá, devido ao fato de que, foram as reflexões marxistas que guarneceram as críticas ao regime capitalista e a resistência dos trabalhadores, culminando na organização trabalhista e nos movimentos sindicais, resultando assim nos embates em torno da regulamentação da jornada de trabalho e nas leis fabris nos séculos XVIII e XIX (BORGES; YAMAMOTO, 2014).

Engels (apud CODO, 2004) afirma que a necessidade de sobrevivência do homem é o único fato histórico que existe, toda a ação do homem sobre o mundo material é para este fim. O que mudaria de um período histórico para outro, não é o que se produz para a satisfação das necessidades humanas, e sim as relações sociais que permeiam e significam as relações de produção para a sobrevivência (CODO, 2004). A fragmentação e especialização do trabalho supracitadas, resultam em um desconhecimento do processo produtivo e do valor agregado ao produto de seu trabalho (alienação) pelo trabalhador, que não se identifica mais com o último; resulta também na monotonação do trabalho – em sua organização e conteúdo da tarefa –, inibindo sua existência pelo conteúdo (que é mecânico e repetitivo), não desenvolvendo as potencialidades (embrutecedor) e garantindo a existência do exército de reserva¹.

Destarte, o trabalho como mercadoria discrimina os homens na medida em que hierarquiza o trabalho entre abstrato *vs.* concreto; donos do meio de produção *vs.* produtores. O trabalhador é submetido à exploração, pois não há oferta de outra possibilidade de sobrevivência, devido ao exército de reserva. Tudo isso afeta negativamente a subjetividade

¹ O grande número de trabalhadores especializados (ou não) na mesma função resulta num grande desemprego, visto que a oferta de trabalhadores é maior que a demanda de mão-de-obra.

do trabalhador, que se sente humilhado, e justifica a concepção marxista como referência para o estudo da Psicologia do Trabalho (BORGES; YAMAMOTO, 2014).

Psicologia das Organizações e Psicologia do Trabalho

A Psicologia das Organizações e do Trabalho (POT) pode ser compreendida como um campo de atuação da área de conhecimento em Psicologia. Tendo objetos definidos socialmente entre a interação das demandas sociais das organizações e do trabalho, do avanço científico e do diálogo que se estabelece com outros campos de conhecimento, os quais necessitam entender a estrutura e atuação organizacional (ZANELLI; BASTOS; RODRIGUES, 2014).

Na esfera nacional, Zanelli, Bastos e Rodrigues (2014) destacam que o campo que inter-relaciona a Psicologia com o trabalho está aplicado ao cenário da transição entre a economia escravocrata e o crescimento industrial, ressaltado no século XX. A Psicologia das Organizações e do Trabalho é constituída no interesse de subcampos que se interdependem, articulam e se estruturam em torno de fases e momentos específicos para atender as demandas de contextos históricos, econômicos, sociais e políticos (especialmente os impostos no século XX e século XXI).

Em uma tentativa de sistematização do desenvolvimento dessa psicologia, podemos perceber, com a revisão realizada por Coelho-Lima, Costa e Yamamoto (2011), que a prática do psicólogo dentro do tema trabalho começa com a psicotécnica em um contexto capitalista tradicional, por volta da década de 1930, em uma fase que denomina-se Psicologia Industrial.

Em meados de 1960, parte-se para uma fase de Psicologia Organizacional num aspecto no qual a prática psicológica está voltada sistematicamente a produtividade da empresa (COELHO-LIMA; COSTA; YAMAMOTO, 2011). Entendendo e lidando com os processos psicossociais caracterizantes das organizações como conjuntos de pessoas a serem coordenadas para atingir metas e objetivos (ZANELLI; BASTOS; RODRIGUES, 2014). Assim sendo, o psicólogo atua com o comportamento, o desenho e a consultoria nas organizações. Como discutem Santos, Traub e Tieze (2011), esse campo se entranha na discussão das estruturas da organização, usado como meio de controle sobre o homem em sua venda de trabalho, submetendo-se ao capital e a alienação (CODO, 2004).

Em uma contraposição a legitimação da exploração que marca a origem da Psicologia Organizacional, a Psicologia do Trabalho é descrita por Coelho-Lima, Costa e Yamamoto (2011) como tendo suas raízes de influência na Psicologia Social Crítica, num modelo que reifica o trabalho como construção histórica e social, principal produtor da subjetividade e da saúde do trabalhador, a qual “estuda a natureza dos processos de organização do trabalho e seus impactos sobre a qualidade de vida e a saúde do trabalhador, tanto individual quanto coletivamente” (ZANELLI; BASTOS; RODRIGUES, 2014, p. 562). Dentro desse campo há lugar para uma visão do homem enquanto sujeito de desejo com vista a saúde e bem-estar do mesmo (SANTOS; TRAUB; TIEZE, 2011).

Método

Os dados foram coletados em espaços públicos do centro de uma cidade de médio porte na Bahia, com 32 distribuidores de panfletos. Sendo destes, 27 mulheres, um total de, aproximadamente, 85% entre os entrevistados. Para recolhimento dos dados foi utilizado questionário com questões fechadas e abertas lidas para os entrevistados, no qual levou-se em consideração as informações acerca da satisfação no trabalho (salário, função exercida, relação crescimento pessoal, relação com o empregador e com o público), compreensão do mesmo, dados sociodemográficos e suas particularidades.

Trata-se de um estudo de Triangulação Metodológica de pesquisa (ROMANELLI, 1998), apresentando caráter quantitativo e qualitativo. No qual, foi feito um levantamento estatístico das respostas obtidas; somado a uma investigação descritiva e a uma análise indutiva dos resultados que foram interpretados a partir das proposições dadas da Psicologia Sócio-Histórica junto as reflexões da Psicologia do Trabalho, apreendidas nos dados da amostra feminina.

Discussão

No processo de análise dos dados obtidos, para os objetivos de discussão do presente artigo, foi feito um recorte para enfoque dos dados coletados apenas com as mulheres entrevistadas. Estas compõem um percentual de, aproximadamente, 85%² entre os sujeitos,

² Os percentuais aqui expostos tiveram seus valores aproximados para melhor exposição.

sendo 27 mulheres entre 32 entrevistados. A maioria destas (70%) são naturais da cidade na qual a pesquisa foi realizada, sendo as demais nascidas em cidades outras. Todas, atualmente, residem em bairros periféricos da cidade.

De acordo com a faixa etária, 22,2% (seis) das entrevistadas estão entre 17-19 anos, 55,5% (quinze delas) estão entre 20-29 anos, 7,4% (duas) estão entre 30-39 anos, outras 7,4% estão entre 40-49 anos e as 7,4% restantes têm 70 anos. Sendo que destas, 66,6% são solteiras, 18,5% casadas, 7,4% se encontram em união estável, 3,7% divorciada e outro 3,7% viúva. Quanto ao nível de escolaridade, 29,6% dessas mulheres tendo cursado o ensino fundamental incompleto, 3,7% o ensino fundamental completo, 25,9% o ensino médio completo, 33,3% o ensino médio incompleto e 7,4% ensino superior incompleto. As entrevistadas entregam panfletos que variam entre os tipos financeiro, eleitoral, prestação de serviços e produtos de consumo.

A Panfletagem, a mídia e a mulher

Segundo Penna (apud MEDEIROS; SILVEIRA; SILVEIRA, 2009), a origem do ato de panfletar na Inglaterra data-se do século XII, com a circulação de um poema nomeado *pamphilus* e traduzido para o inglês *pamphlet*, já no Brasil, a prática da panfletagem é marca da imprensa brasileira desde o século XIX, principalmente como cobertura política e sindical (BEHS *et al*, apud MEDEIROS; SILVEIRA; SILVEIRA, 2009).

Para o campo publicitário, a panfletagem se caracteriza como um dos artefatos para anunciar produtos e serviços mais utilizados, pois atinge o indivíduo localmente – podendo ser entregue em domicílio, via postal ou em espaços públicos – e sem necessitar dos artifícios tecnológicos do marketing digital, atingindo inclusive quem não tem acesso a estes (LOBENSCHUSS, 2017).

Entretanto, mesmo reconhecida o impacto publicitário da atividade, ainda não há no Brasil uma legislação que possa coibir³ ou regulamentar⁴ o ato e a função de panfletar, o que mantém as pessoas empregadas nesta atividade numa situação de informalidade e consequente precariedade, dado que é uma atividade cansativa – onde se mantém de pé e ao sol por horas

³ Em Londrina – PR, Belo Horizonte – MG e Içara – SC, existem leis municipais apenas para a proibição da distribuição de panfletos, devido a problemas ambientais ou risco de acidentes.

⁴ Até então, encontra-se em processo de tramitação, o substitutivo apresentado em 2017, pela deputada Flávia Moraes do PDT-GO, que visa o estabelecimento de jornada máxima de 6 horas diárias e 36 horas semanais, com intervalo de descanso, além de oferecimento de instrumentos para proteção e identificação do trabalhador.

seguidas – que contrata mão de obra barata, em sua maioria mulheres com baixa escolaridade. A expressiva presença de mulheres em atividades midiáticas, como o caso da panfletagem, impulsiona a discussão desse fato para dois âmbitos: o uso da mulher como mecanismo de venda e a desvalorização de sua mão de obra.

No primeiro âmbito tem-se exemplificado o funcionamento da indústria cultural na mídia da sociedade contemporânea. Segundo Kellner (apud DENECA, 2016), o imperativo de consumo do sistema capitalista gerou um processo de industrialização da cultura produzida para a massa. A mídia, dirigindo-se ao indivíduo não como ser pensante e produtor de subjetividade, mas como consumidor, autoriza e legitima relações de exploração, através da repetição cotidiana de estereótipos e representações distorcidas de papéis (DENECA, 2016). Visto que, a cultura reproduzida pela mídia é a dominante, àqueles que não ocupam a posição do essencial da hegemonia, são representados, marcados e reduzidos pela sua diferença em relação à norma; não podem ser menosprezados, são apreciados enquanto que na posição especial e periférica da diferença (BEAUVOIR *apud* DENECA, 2016).

Quando utiliza a mulher como um acessório para a venda, a mídia a objetifica e evidencia a ideologia hegemônica, que é patriarcal. Uma vez que o patriarcado se refere ao sistema de organização social que se baseia no poder do pai, fazendo com que a descendência e o parentesco sigam a linhagem paterna. O patriarcado se sustenta em dois pilares: controle da fecundidade da mulher e divisão sexual de tarefas. Nele as mulheres são consideradas inferiores aos homens e subordinadas à sua dominação, sendo pois, sua sujeição física e mental o meio para confinar sua sexualidade – garantindo a legitimidade dos filhos – e limitá-la a tarefas específicas – de servidão ao homem – (LINS, 2007).

É válido apontar que, no processo de coleta de dados, só foram registrados casos de assédio com as respostas colhidas com mulheres, evidenciando uma vulnerabilidade que perpassa pelo âmbito do gênero; corroborando essa averiguação, 48% (treze) mulheres relataram algum tipo de assédio, desses 38% incluem o sexual. Sendo todos homens os autores do assédio, indo desde puxões pelo braço e toques não consentidos, até a exibição de seu órgão sexual dentro do carro, quando a panfletagem ocorre em semáforos.

É relevante ressaltar que o patriarcado não nasce com o capitalismo, mas que este se utilizou de um sistema de exploração/dominação vigente para se estabelecer e justificar a sua própria lógica de exploração (ALVES, 2016), pois ao separar a humanidade em duas metades – com os homens em posições superiores e mulheres inferiores – a ideologia patriarcal se

ampliou para outras esferas de dominação: homens mais fracos, raças, nações, a própria natureza (LINS, 2007).

No Ocidente, a ideologia patriarcal surge com a democracia ateniense, sendo reforçada pelas religiões judaico-cristã (que também possuem base patriarcal) e é reafirmada pela ciência, tornando-se hegemônica com a Revolução Francesa (que pretendia aplicar a democracia a todos) quando se faz presente na política, na religião, na ciência e evidencia sua presença na cultura (LINS, 2007). Neste processo, o capitalismo se aproveitou das relações desiguais existentes para intensificar a exploração e obtenção de lucro (ALVES, 2016). Marcadas pela diferença em relação à norma e apreciadas apenas numa posição periférica, as mulheres ficaram restritas aos salários mais baixos, trabalhos precarizados e sem garantias trabalhistas, além da desvalorização e invisibilidade do trabalho doméstico (ALVES, 2016).

A precarização do trabalho e a mulher

No contexto atual do capitalista, é nítida a grande insatisfação da população com as condições superpostas por aqueles que ofertam vagas de emprego; no entanto, atrelada a essa insatisfação estão as altas taxas de desemprego e a necessidade de ser autossuficiente que compelem as pessoas em uma direção que levará a um processo lento de corrosão de suas necessidades e de sua própria subjetividade (SENNETT, 1999). Diante desse caos que existe no mercado de trabalho, os ofertantes de emprego compartilham da certeza de que por mais degradante que seja a rotina de trabalho, eventualmente, encontrarão alguém disposto a se sacrificar em prol dessa autossuficiência econômica. Tal conjuntura trabalhista é refletida nos dados colhidos em campo, onde 81,4% (vinte e duas) das entrevistadas escolheram aquela prática por necessidade⁵. Sendo que, apenas duas gostam da área, uma já trabalhava na área, uma foi rebaixada e outra não soube responder. Apenas 25,9% dessas entrevistadas (sete delas) estão satisfeitas com o salário que recebem, e 74% (vinte mulheres), não estão satisfeitas com o valor recebido.

O grande discurso que sustenta essa precariedade – base do capitalismo – é o da ética do trabalho, baseada na romantização do uso autodisciplinado do nosso tempo e na exaltação da satisfação adiada; ou seja, é legitimada a submissão das trabalhadoras a condições deploráveis com a convicção quase que teleológica de ascensão social. Dito isso, quase

⁵ Citando “precisão”, “falta de opção”, “falta de dinheiro” e “para não ficar desempregada” como variantes dessa categoria.

metade das trabalhadoras entrevistadas, 40,7% (onze), acreditam que essa prática oferece oportunidades de crescimento pessoal/profissional. No entanto, apesar de o discurso dessa ética não ter se alterado e de uma determinada expressividade nos dados acima, tornou-se evidente a perda do valor da satisfação adiada, posto que os interesses dos patrões se tornaram ainda mais evidentes e restringem-se a venda do seu respectivo negócio e ascensão econômica (SENNETT, 1999).

Pode-se observar no discurso que paira sobre nossa sociedade capitalista a supervalorização do produtor/trabalhador; esse discurso nos coloca em uma posição de conformidade e de medo. Diante dessa moralidade, nota-se uma motivação coletiva de valorização, ou seja, as pessoas tentam impacientemente provar seu valor moral pelo trabalho. Desta forma, cria-se esta condição de caos propícia para a exploração da mão de obra.

Imersos nessas condições e ainda mais distantes das proteções legislativas estão os trabalhadores informais, esse subgrupo exerce funções recusadas por toda uma classe de trabalhadores formais, tornando-se uma subclasse que legitima, inclusive, as desigualdades de gênero. Diante de todos esses fatores desfavoráveis, torna-se necessário um olhar de cuidado para com esse grupo da sociedade, visto que esses fatores os colocam em uma posição de vulnerabilidade não apenas social e econômica, mas também psicológica; em virtude de estarem suscetíveis a uma gama de contingências, chegando a atingir patamar do assédio em suas mais variadas formas por parte do público. Cabe destacar que, apenas as mulheres relataram assédio sexual enquanto panfletavam. Assim como, em análise às relações que são estabelecidas, 40,7% das mulheres entrevistadas relatam ter uma relação agradável com o público e 59,2% uma relação desagradável⁶. Já na relação com o trabalho, 55,5% apontam ter uma boa relação e 44,4% uma relação ruim.

Colocadas essas considerações, nos direcionaremos ao grupo alvo dentro da categoria de trabalhadores informais que são os panfletadores. Trata-se de um campo adoecedor, pois, os trabalhadores sofrem grande hostilidade não apenas de seus superiores, mas também da população no geral, posto que uma grande parcela da população se sente incomodada pelo cunho insistente na distribuição de panfletos; acarretando manifestações de descontentamento e coerção por parte da população, que em sua porção mais expressiva correspondem a formas de assédio moral. Essas coibições morais caracterizam-se por suscitar a destruição da capacidade de trabalho e resistência psicológica das vítimas que subjetivam em seu cotidiano

⁶ São citadas expressões referentes a ofensas, assédio e hostilidade.

práticas de humilhação, amedrontamento, que diminuem emocionalmente as pessoas (PIÑUEL; ZABALA *apud* CANIATO; LIMA, 2008).

O assédio moral no local de trabalho tem diferentes sentidos como expõe Silva (2011), ou seja, partem de agressores em diferentes posições hierárquicas; tais posições podem ser classificadas como descendentes verticais (chefe – empregados), ascendentes verticais (empregados – chefe) e horizontais (entre indivíduos que ocupam a mesma posição hierárquica). Essa variabilidade classificativa das coerções morais ressalta a complexidade desse fenômeno social, no entanto, apesar dessa diversidade, o sentido coercitivo mais incidente é o descendente vertical, no qual o agressor é um superior hierárquico e a vítima, seu subordinado; nessa conjuntura, o instigador, enquanto depositário do poder de direção, utiliza-se, excessivamente, dele para atingir seus objetivos, ferindo a dignidade da trabalhadora (SILVA, 2011). No que remete ao contexto dos panfletadores, pode-se apontar que eles ocupam uma posição hierárquica inferior à população para qual presta serviços, assim como para seus empregadores.

Excluindo-se esses fatores externos e analisando unicamente o trabalho prescrito, constata-se um caráter demasiadamente degradante e autodestrutivo, visto que se trata de desempenhar uma função altamente repetitiva que remete a rotina industrial, mais especificamente, ao modelo de produção em massa do Fordismo; dessa forma, esse fato é perceptível na fala de duas entrevistadas, nas quais afirmam que “não precisa saber do que se trata, é só panfletar”⁷ e “[me sinto] usada, ganho pouco, trabalho bastante e é cansativo”⁸. Esse ambiente tóxico de trabalho transparece nas respostas das entrevistadas, onde 59,2% afirmaram ter uma relação desagradável com a população para qual é ofertada o serviço.

No modelo de produção fabril o trabalhador se aliena na medida em que desconhece os processos de produção, assim como a origem e a finalidade da atividade que realiza, visto que essa forma de organização industrial visa privar os trabalhadores da compreensão da complexidade de sua função para que se atesem unicamente a execução de seus próprios serviços (SENNETT, 1999). Entretanto, em desacordo com esse movimento do padrão produtivo, 77,7% (vinte e uma) das panfletadoras afirmaram compreender os objetivos de sua função. Contudo, poucas foram as que justificaram suas respostas, e quando o fizeram relataram que é porque conhece a pessoa que divulga, trabalha na divulgação para conseguir clientes para empresa ou que a empresa também os ajuda. É cónito que a panfletagem herda

⁷ A, 22 anos.

⁸ T, 17 anos.

alguns elementos desses processos embrutecedores com alguns adicionais de fatores estressores do meio no qual estão inseridos.

Dentre os diversos elementos abordados nessa discussão, existe um que ocupa uma posição de preeminência no que se refere a suas implicações no contexto de trabalho analisado, este é o gênero, mais especificamente o feminino. Aqui o trabalho se constitui, também, como o elo central de diversas ideias. Entre as quais vale destacar aqui a ideologia patriarcal, assim representada pelo fato de que as mulheres surgem nos dados apresentados como as únicas que relataram sofrer assédio sexual. O assédio, como aprestando por Freitas (2001, p.9), está “ligado a um esforço repetitivo de desqualificação de uma pessoa por outra, podendo conduzir ou não ao assédio sexual”, trata-se de um fenômeno que incide tanto nos fatores internos quanto nos externos dos trabalhadores.

Especificamente, no que diz respeito ao assédio sexual, onde “um dos elementos da relação dispõe de formas de penalizar o outro lado” (FREITAS, 2001, p.14), indo além da questão de gênero. Porém, a relação de gênero aqui se faz ligada a esta relação de subordinação e atinge a mulher não apenas como trabalhadora, mas como ser humano.

A depreciação da mulher não se limita ao campo trabalhista, trata-se de uma marginalização que perpassa todas as esferas da nossa sociedade. Essa sociedade excessivamente patriarcal elaborou um processo complexo de dominação dos corpos femininos, pois, ao mesmo tempo em que se prega a necessidade de se proteger a mulher, ela é subvalorizada e destituída de autonomia. A tradicional posição de subserviência da mulher, por se tratar de um marco histórico, é retratada em algumas produções literárias e filosóficas, dentre elas está *Assim falou Zaratustra* de Nietzsche (2011, p. 63), na qual diz que “para a mulher, o homem é um meio: o seu propósito é sempre o filho”. Essa afirmação salienta a impotência da mulher, uma vez que foi circunscrita por muito tempo à posição de reprodutora; por essa restrição ela teve suas potencialidades podadas e direcionadas aos afazeres domésticos. Assim, criou-se o papel culturalmente conhecido da mulher e que corresponde ao gênero dos dominados e sujeitos ao gênero masculino. Essa inferioridade culturalmente arquitetada do gênero feminino tem origem a partir da necessidade de herança desenvolvida com a propriedade privada que legitimou o patriarcado consolidando a linhagem a partir da figura paterna, se propagou para o setor laboral, predeterminando subcondições de trabalho.

Posto isso, é sabido que o crescimento do desemprego e os ataques permanentes aos direitos sociais têm aumentado a desigualdade já existente de direitos trabalhistas na vida das mulheres, uma vez que são menos remuneradas se comparado aos homens, com longas jornadas de trabalho e uma presença cada vez maior na economia informal (LIMA, 2004). A partir disso, podemos perceber algumas peculiaridades do sistema trabalhista, posto que apesar dele passar a reconhecer que as mulheres são capazes de desempenhar a mesma função do homem, ele ainda se apoia em uma concepção reacionária da mulher para justificar os baixos salários e sua baixa empregabilidade. Assim sendo, essa estrutura trabalhista quer desfrutar dos movimentos emancipatórios das mulheres para que assim possa escravizá-las e extrair nesse processo a mais-valia desse segmento enfraquecido da população laboral.

Considerações finais

No presente trabalho, abordamos uma análise de trabalhadores da panfletagem, através da aplicação de questionários em uma cidade de médio porte da Bahia. Partindo de um recorte de gênero relacionados à perspectiva das Organizações e do Trabalho em Psicologia, verifica-se que, dentre os 32 questionários, a grande maioria dos distribuidores de panfletos consiste em mulheres, jovens, com baixa escolaridade e residentes de bairros considerados periféricos, geográfica e economicamente, da cidade. Vale salientar que todos os indivíduos se identificaram com o gênero de nascimento (cigênero). Com os objetivos propostos cumpridos, três conclusões são possíveis: sobre o trabalho, a mulher e a panfletagem.

A primeira, em referência ao poder econômico/industrial, observa-se que este transfigurou-se como determinante para a manutenção do caráter em nossa sociedade, pois, ao supervalorizar o trabalho e depreciar o ócio, ele acaba por determinar uma ordem social que será pautada na produção excessiva e em uma concomitante exploração da mão de obra reificando a existência do exército de reserva. É fundamental assumir que o trabalho é um constituinte histórico da humanidade, de forma que os diversos momentos históricos são um reflexo de sua atividade laboral; ou seja, a capacidade técnica do ser humano define as condições às quais ele estará exposto. Diante disso, vislumbra-se que essa atividade humana é constitutiva de sua identidade e um elemento que efetivamente estabelece as possibilidades das relações que as pessoas vão ter, ou vão deixar de ter, a partir da sua inserção neste mundo (OLIVEIRA, 2010).

Em relação a segunda, a mulher, dentro dessa perspectiva trabalhista, torna-se ainda mais vulnerável; visto que estão sujeitas as explorações de uma sociedade patriarcal, somada às explorações de uma sociedade que também é capitalista, assim como às condições insalubres do sistema econômico vigente. Dessa forma lhes é imposta uma condição de precariedade em um contexto trabalhista previamente precário e que se mantém enquanto tal.

E, por fim, percebemos que a configuração do serviço de panfletagem o situa em uma categoria específica de trabalho informal e precário. Nela o trabalhador se expõe ao público equivalente a um trabalhador autônomo que presta algum serviço à população, e também se sujeita às vontades de um patrão. Tendo este último fator, como principal diferencial em comparação às atividades informais autônomas.

Logo, a partir de uma análise das transformações no mundo do trabalho, constata-se que são suficientemente impactantes para interferirem nas dinâmicas mais profundas das nossas configurações subjetivas. Ademais, cabe aqui uma reflexão de como, e para quem, serve a atuação do psicólogo organizacional e do trabalho. Iniciando com a proposta de serventia à organização e partindo para o benefício dos sujeitos. De um lado temos uma Psicologia das Organizações que acaba por priorizar o lucro e a produtividade e de outro uma Psicologia do Trabalho que considera o trabalhador como sujeito, reiterando seus direitos.

Enfim, o trabalho aqui realizado é de suma importância também para compreensão e início da discussão acerca da panfletagem. A escassez de legislação e estudos acadêmicos sobre a atividade de panfletar, refletem o quão inexplorada é esta área da publicidade. Refletindo, dessa forma, nos meios de exploração e precariedade, especialmente no caso da mão de obra feminina.

Referências

ALVES, S. de A. Patriarcado, capitalismo e assédio moral: a desigualdade de gênero contra as mulheres no mercado de trabalho. 4º SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2016, Belo Horizonte. Anais eletrônicos[...] Belo Horizonte: CRESS-MG, 2016. Disponível em: <http://www.cress-mg.org.br/hotsites/Upload/Pics/04/043375a6-ab2a-45c3-88cd-aa5ed85bf813.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2019.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. 13 ed.. São Paulo: Saraiva, 2002.

BORGES, L. de O.; YAMAMOTO, O. H. Mundo do trabalho: construção histórica e desafios contemporâneos. In: ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B.

(Orgs.). **Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. p. 25-72.

CANIATO, A. M. P.; LIMA, E. da C. Assédio moral nas organizações de trabalho: perversão e sofrimento. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 177-192, dez. 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v11n2/a04v11n2.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2019.

CODO, W. Relações de trabalho e transformação social. In: LANE, S. T.; CODO, W. **Psicologia Social: O homem em movimento**. 13 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 136-151.

COELHO-LIMA, F.; COSTA, A. L. F.; YAMAMOTO, O. H. O exercício profissional do psicólogo do trabalho e das organizações: uma revisão da produção científica. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 21-35, dez. 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572011000200003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 17 mar. 2019.

DENEGA, A. M. O. “Lá vai o brasil, subindo a ladeira”... Relações de gênero e raça/etnia em comerciais de automóveis. In: **Gênero na psicologia: saberes e práticas**. DENEGA, A. M. O.; ANDRADE, D. S. V.; SANTOS, H. M. Salvador: CRP-03, 2016. p. 180-202.

FREITAS, M. E. de. Assédio moral e assédio sexual: faces do poder perverso nas organizações. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 8-19, abr./jun. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902001000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 mar. 2019.

LIMA, M. E. B. de. A Dimensão do Trabalho e da Cidadania das Mulheres no Mercado Globalizado. In: COSTA, A. A.; *et al.* [Org.]. **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho**. São Paulo: CUT Brasil, 2004. p. 53-59.

LINS, R. N. O patriarcado. In: _____. *A cama na varanda: arejando nossas idéias a respeito de amor e sexo*. Ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Best Seller, 2007. p. 20-25.

LOBENSCHUSS, M.. Ainda vale a pena distribuir panfletos para divulgar um negócio? **Exame** [online]. [S. l.], ago. 2017. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/pme/ainda-vale-a-distribuir-panfletos-para-divulgar-um-negocio/>. Acesso em: 24 mar. 2019.

MEDEIROS, J. G.; SILVEIRA, J. D. da; SILVEIRA, L. C. Identificação de fatores que interferem na distribuição de panfletos em locais públicos. **Psicologia Teoria e Prática**, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 82-96, 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872009000300008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 24 mar. 2019.

NIETZSCHE, F. W. **Assim falou Zaratustra**: um livro para todos e para ninguém. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

OLIVEIRA, M. V. Mesa – O trabalho do profissional psicólogo: construindo uma posição crítica. *In*: CONSELHO Federal de Psicologia. **Psicologia crítica do trabalho na sociedade contemporânea**. Brasília: CFP, 2010. p. 65-78.

POCHMANN, M. A atualidade da categoria trabalho na sociedade da reestruturação produtiva. *In*: CONSELHO Federal de Psicologia. **Psicologia crítica do trabalho na sociedade contemporânea**. Brasília: CFP, 2010. p. 29-40.

ROMANELLI, G. A falsa dicotomia qualitativo-quantitativo: paradigmas que informam nossas práticas de pesquisas. *In*: ROMANELLI, G; BIASOLI-ALVES, Z. M. (Orgs.). **Diálogos metodológicos sobre prática de pesquisa**. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1998. p. 119-133.

SANTOS, P. L.; TRAUB, L.; TIEZE, C. Psicologia Organizacional e do Trabalho. **Psicologia.pt**. 2011. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0247.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2019.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SILVA, A. S. M. da. Assédio moral no ambiente de trabalho. **Orbis: Revista Científica**, [S. l.], v. 2, n.1, p. 99-120, 2011. Disponível em: <http://www.cesrei.com.br/ojs/index.php/orbis/article/view/87/87>. Acesso em: 24 mar. 2019.

ZANELLI, J. C.; BASTOS, A. V. B; RODRIGUES, A. C. A. Campo profissional do psicólogo em organizações e no trabalho. *In*: ZANELLI, J. C; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. (Orgs.). **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. p. 549-582.

SOBRE O(A/S) AUTOR(A/S)

Mariana Batista de Moraes

Graduanda em Psicologia, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Discente do Curso de Psicologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) - Brasil. E-mail: mbmoraes.psicologia@gmail.com

Victor Rodrigo Bomfim Leite Silva

Graduando em Psicologia, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Discente do Curso de Psicologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) - Brasil. Discente pesquisador do Programa de Iniciação Científica no Grupo de Estudos em Psicolinguística e Desenvolvimento Fonológico (GEPDEF). E-mail: rodrigovictor97@gmail.com

Lívia Maria Santos Chaves

Graduanda em Psicologia, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Discente do Curso de Psicologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) - Brasil. Discente Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa e Estudos em Psicologia da UESB (NUPEP-UESB). E-mail: liviaria0915@gmail.com

Brenda Luara dos Santos de Souza

Mestranda em Educação, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Professora no Departamento de Filosofia e Ciências Humanas (DFCH/UESB). Membro do Grupo de Pesquisa Linguagem e Educação (GPLeD/CNPQ/UESB). E-mail: brendaluara.academico@gmail.com